

História do anarcossindicalismo italiano

NÚCLEOS LIBERTÁRIOS DE FÁBRICAS E EMPRESAS EM MILÃO

De 1977 a 1997, a Volonté Anarchiste publicou 39 panfletos (45 edições, incluindo 6 edições duplas). Trata-se de Histoire de l'anarcho-syndicalisme italien, que o Collectif Partage Noir está agora colocando on-line.

"Este número 5 de Volonté Anarchiste sobre o anarcossindicalismo italiano é uma tradução feita pelo nosso grupo de um texto dos núcleos libertários de fábricas e empresas de Milão, publicado em abril de 1978. Esses núcleos libertários, que estão desenvolvendo uma presença anarquista não desprezível nas empresas, investigaram o passado do anarcossindicalismo italiano, que é parcialmente desconhecido nos círculos libertários italianos, mas, não temos dúvidas, totalmente desconhecido na França. Esta publicação é entregue não apenas pelo interesse de seu conhecimento histórico, mas também por sua evocação da experiência do caminho anarcossindicalista.

Na Itália, os camaradas anarquistas formaram estruturas libertárias básicas no mundo do trabalho e já haviam se reunido em Roma, em abril de 1978, para uma primeira Assembleia para reativar a USI e planejar sua futura reconstrução.

Os anarquistas propõem a revolução social, organizam-se com base no princípio do federalismo e agem de acordo com o método da ação direta, os anarquistas na França devem imaginar um caminho próprio!

Viva a USI e a CNT!

Salvação e revolução

Grupo Fresnes-Antony da Fédération anarchiste (1978) "

I NUCLEI LIBERTARI DI FABBRICA DI MILANO



HISTÓRIA DO
ANARCOSSINDICALISMO ITALIANO



<https://www.cclamazonia.noblogs.org>

cclamazonia@gmail.com

2023/03-12-2023



UNIDOS, SEREMOS UMA FORÇA

A vontade de um punhado de antigos militantes da histórica USI, continuadores e propagadores durante a difícil situação do pós-guerra de um movimento sindicalista libertário que estava longe de ser o movimento de massa que havia sido até 1922, viu o reaparecimento, no final da década de 1960, da ação direta dentro do proletariado dos principais centros industriais em nível nacional. Em 1968, às vésperas do outono quente, na época da revolta dos jovens, os antigos boletins da USI deram lugar a um verdadeiro jornal - *Lotta di Classe* - o órgão da União Sindical Italiana: já estávamos começando a vislumbrar um salto qualitativo no movimento por meio da realidade das situações em que ele agia, como nos comitês unitários básicos dos bondes em Milão, na fábrica da Ferrari em Maranello, nas fábricas de Sestri...). Esse salto qualitativo foi momentaneamente interrompido pela caça aos anarquistas que as autoridades estavam preparando com as bombas de Milão.

A seguir, apresentamos um esboço geral da experiência da USI antes e depois do fascismo, até o final da década de 1960. Daquele momento até agora, a UTI foi ultrapassada (no sentido de intervenção nas lutas) por uma série de iniciativas autônomas, como os comitês de luta, os CUBs, as assembleias autônomas, os núcleos de fábricas libertárias radicalizados no confronto de classes e tendendo à criação de um movimento revolucionário autônomo dentro do proletariado.

O momento de escolha para os trabalhadores libertários chegou: continuar seguindo os passos dos vários partidos, movimentos e centrais sindicais, ou ser novamente um elemento mobilizador projetado para a construção autônoma da classe libertária. Não há dúvidas sobre a escolha desse último ponto, há muito tempo há uma discussão rigorosa sobre o momento e os métodos para chegar lá. E, desta vez, não estamos começando no vácuo, mas com uma bagagem de experiência real.

É supérfluo lembrar que a imprensa anarquista, especialmente o órgão da FAI, reserva colunas para o movimento operário no espírito de uma atividade coordenada, penetrante e educativa para as lutas operárias, mesmo que venham de camaradas da União Sindical Italiana - entendendo-se que tudo o que não é publicável é enviado ao Boletim Interno para maior esclarecimento e abertura de um debate sobre a questão em que todos os camaradas podem participar, tornando-se assim uma ginástica educativa de preparação para o militante anarquista.

Sobre esses pontos, os anarquistas da região de Gênova que pertencem à União Sindical Italiana, seção de Sestri-Ponente, comprometem-se com sua contribuição material e moral a garantir que a ação dos anarquistas se torne mais importante no futuro: “a situação exige isso, nós reivindicamos a essência e a verdadeira face do movimento dos trabalhadores”.



HISTÓRIA DO ANARCOSSINDICALISMO ITALIANO PREFÁCIO

Há alguns anos, dentro do movimento libertário, vem se desenvolvendo uma discussão próxima sobre o sindicalismo, que tende a apontar para uma identidade cada vez mais redescoberta dos anarquistas dentro do movimento dos explorados: neles, entre eles, com eles, nascem as ideias libertárias e, além de sua realidade, o anarquismo morre ou é reduzido (para falar como os anarcossindicalistas da USI) a uma filosofia pura, herança de alguma elite intelectual.



Armando Borghi (Design: Schizzo)

Esta pesquisa sobre a União Sindical Italiana faz parte desse debate, com o objetivo de fornecer elementos de conhecimento a todos os companheiros e, especialmente, àqueles que se aproximaram recentemente das ideias libertárias. Eles precisam conhecer a herança histórica e teórica do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário. Normalmente, a USI só é lembrada por aspectos que aparecem de vez em quando na imprensa anarquista ou especializada: que foi um grande movimento de massas com meio milhão de membros, o qual tinha uma prática libertária, cujo líder era o anarquista Armando Borghi. O governo não tinha secretário, não tinha burocratas pagos e estava exausto como um movimento que (após cerca de vinte anos de rebaixamento e exílio) não teve força para renascer em 1945.

Neste folheto, não falamos sobre os grandes momentos que agora fazem parte da história e dos quais a USI participou ou foi promotora, como a ocupação das fábricas e os dois anos vermelhos de 1919-1920, a "Semana Vermelha" e a conquista da semana de seis horas na região de Carrara, todos momentos pertencentes ao movimento anarquista e anarcossindicalista; não falamos sobre eles porque são informações que aparecem na imprensa

libertária com a qual todos estão familiarizados. Em vez disso, falamos sobre a "história" da USI (desde a sua primeira consolidação como uma minoria organizada dentro da Confederação General do Trabalho - CGT), as diferentes concepções de autonomia que a futura USI teria tido em relação à Confederação, a ruptura entre os sindicalistas revolucionários e a organização reformista em 1919. Em seguida, analisamos todos os momentos mais importantes de sua vida, suas lutas, suas assembleias concebidas como pontos de chegada do que havia sido feito e como pontos de partida de uma nova força, novas ideias e novas práticas vivenciadas diariamente em realidades específicas. Estamos falando das diferentes concepções dentro da própria USI, das posições desviantes de alguns de seus líderes, de De Vittorio, que acabaria sendo secretário da CGIL a partir de 1943, da unidade sindical, do antimilitarismo, da unidade das bases, projetos inacabados devido à repressão fascista (somente em 1922, cerca de 300 companheiros foram assassinados por bandos de Camisas Pretas), a Associação Internacional dos Trabalhadores (IWA) e o debate sobre a adesão ou não à Internacional Sindical Vermelha (ligada a Moscou).

Em 1922, foi concluída a primeira fase da existência da USI, um movimento verdadeiramente de massa, libertário, autogestionário, depois veio o período sombrio de exílio, clandestinidade e rebaixamento.

Apenas mais duas palavras: as fontes para a primeira parte desta pesquisa foram extraídas da muito clara Breve História do ICU, de Ugo Fedeli; sentimos que a dificuldade de encontrar esse trabalho [1] justificava sua inclusão nesta brochura, juntamente com outras fontes de um período mais recente; dessa forma, temos à nossa disposição quase todos os elementos da experiência do ICU de 1912 a 1970. Enquanto a primeira parte do livreto não apresentou nenhuma dificuldade significativa de pesquisa, o mesmo não pode ser dito da segunda parte (1945-1970), pela simples razão de que toda historiografia anarquista e anarcossindicalista inevitavelmente para em 1922. Não existe um único documento, com exceção do livro de Borghi, *Due anni di Attività anarchica* (Dois anos de atividade anarquista), que descreve em detalhes a realidade anarquista italiana de 1945 a 1947, e alguns artigos do camarada Umberto Marzocchi, já membro do Comitê Executivo da CGIL no pós-guerra, que são particularmente significativos para entender as razões da escolha dos anarquistas pela unidade em 1945. Portanto, não há documentos que esboçam uma análise ou simplesmente expressam um debate que ocorreu desde 1945 e mesmo durante o período de clandestinidade. Em nossa opinião, essa é uma lacuna e nada mais para dar elementos de debate a todos os camaradas que

Tendo em mente que o interesse dos anarquistas no movimento dos trabalhadores é parte integrante, como outras atividades, da vitalidade do Movimento Anarquista;

Considerando que o sindicalismo tem sido praticado há muito tempo por centrais sindicais filiadas a partidos, ele se coloca direta ou indiretamente no plano da colaboração descarada com o capitalismo estatal e privado, cujas atitudes estão levando o Movimento Trabalhista a se enfraquecer completa e gradualmente;

Considerando, pelo motivo exposto acima, a impotência das chamadas centrais sindicais, impotência essa que permite que a intransigência dos empregadores atinja seus objetivos, impondo demissões em massa, suspensões de trabalho a um grande número de trabalhadores e outras injustiças não menos graves que prejudicam o direito humano de viver daqueles que tudo produzem;

Levando em conta a relação entre os inúmeros serviços estruturados existentes hoje, que estão se substituindo ao Estado, com as chamadas centrais sindicais oficiais, que são repetidamente colocadas no mesmo nível do triste corporativismo do fascismo, convergem com a concepção de Estado ou, como dizem, sindicatos "autônomos" de convivência. Eles estão criando uma nova classe de elite partidária sindical com graves consequências para os trabalhadores;

Levando em conta o descontentamento real existente entre os trabalhadores que praticam a insubordinação e a rebelião contra o dirigismo patronal e o sindicalismo partidário;

Considerando, à luz dos fatos, o trabalho profícuo dos anarcossindicalistas da União Sindical Italiana que, desde 1950, vêm trabalhando na vitalidade do movimento operário, voltado para a transformação integral da sociedade atual em uma sociedade de indivíduos livres e iguais, alcançada por meio do trabalho dos próprios trabalhadores, por sua própria natureza, faz parte da herança de afinidade convergente com o desenvolvimento da FAI;

Observando que há sintomas de expressão viva e desejo de criar seções sindicais pertencentes à USI, nas várias localidades onde os companheiros anarquistas já estão se manifestando em favor da realização de suas aspirações de anarcossindicalismo, para a ação direta de todos os explorados;

Reconhece-se que esses esclarecimentos e esses órgãos devem ser objeto de um debate no Congresso, no qual participarão os companheiros de todas as localidades interessadas nessa questão. É, portanto, fundamental que essas iniciativas e essas forças vivas tomem forma, evitando o desperdício de energias e, para tal necessidade, podemos ver se a FAI tem os elementos preparados para coordenar, reunir, informar, incentivar e sugerir no sentido positivo, aqueles que querem aprofundar a participação direta no movimento operário;



Eles foram criados por iniciativa de companheiros libertários em várias localidades em campanhas ou situações específicas, como a proteção de empregos.

Esses "comitês de agitação" e "comitês de ação direta", sem a possibilidade de se posicionarem como um movimento revolucionário global contra os patrões, agindo apenas em circunstâncias determinadas e isoladas, permanecem estéreis porque são mal compreendidos e se esgotam. Daí a necessidade da USI como uma organização que amplia a frente de lutas proletárias e aproveita todo o potencial revolucionário das massas sem contradizer os princípios libertários.

Isso deve acontecer desde que não seja e não possa se tornar autoritário, porque são os próprios trabalhadores organizados que determinam as lutas e os meios por meio da ação direta. Portanto, um sindicato de inspiração anarquista não é apenas um meio válido de penetrar na massa trabalhadora, mas também um meio de preparação e treinamento consciente para os trabalhadores que desconhecem as concepções anarquistas. Esses últimos podem gradualmente se conscientizar delas até que se tornem parte integrante do anarquismo, assim como se tornam parte ativa do sindicalismo revolucionário, conforme buscado pelo União Sindical Italiana:

"A União Sindical ressurgiu das ruínas fumegantes da destruição iminente, sob o peso do exílio, da prisão e da perseguição daqueles que se dedicaram à luta pela liberdade e pela justiça social em nosso país e em todo o mundo. Seu reaparecimento é devido aos militantes da gloriosa USI do passado, que decidiram revivê-la em 1950. As demandas da situação eram tão urgentes quanto uma U'TI bem desenvolvida e com capacidade real pode ser no momento. Essa é uma das razões que determinam a legitimidade da existência de um anarcossindicalismo em um país capitalista como a Itália, onde o trabalhador é explorado, ultrajado, mortificado e enfrenta continuamente a luta pela libertação total da escravidão".

O debate nas seções da USI revelou não apenas um desejo, mas também uma disposição para agir. Foi também um convite a todos os anarquistas italianos para que se envolvessem nas lutas diárias, como haviam feito no passado, pois é nas lutas, e não fora delas, que a ideia libertária ganha força e permanece ancorada nas massas. Caso contrário, ela se torna um método filosófico de conceber a vida.

Consequentemente, a seção Genoa-Sestri da USI apresentou uma moção, resultado do debate entre as seções, com a qual os trabalhadores da USI concordaram. Ela foi dirigida ao Movimento Anarquista.



estão engajados diariamente na perspectiva da revolução social. É certo que a experiência da U'TI no período pós-guerra não é a mesma que a adquirida até 1922. Ninguém pode negar isso. Também ninguém pode negar a natureza do debate que ocorreu nos anos 50 e 60, que continua sendo o mesmo debate que nossos camaradas enfrentaram no início do século no contexto da construção da organização sindical: anarquismo, sindicalismo ou anarcossindicalismo? Desvio devido à presença de trabalhadores não anarquistas? Movimento tipicamente anarcossindicalista ou incluindo setores marxistas revolucionários? Anarcossindicalismo ou sindicato de anarquistas?

Mais uma vez, o movimento deve ter total clareza sobre esse problema, abandonando preconceitos, um certo sectarismo, "purismos" que são um fim em si mesmos, a fim de avançar com incidência cada vez maior. Temos que entender que hoje existem possibilidades reais e concretas para uma prática anarcossindicalista entre as massas exploradas; toda uma série de sintomas comprova isso: as lutas dos trabalhadores dos hospitais, dos ferroviários, os comitês que estão se organizando na base, os coletivos que estão abandonando o caminho batido do sindicalismo de Estado, os jovens, os desempregados, os "não garantidos", o movimento das mulheres... Todos esses são sintomas que apontam para a construção de uma vasta frente de oposição política, econômica e social às forças do Estado e da conservação, que deve absolutamente dissipar todas as ilusões parlamentares, centralistas e vanguardistas se realmente quisermos sair vitoriosos dessa fase do confronto de classes. Nesse aspecto, o método e a teoria anarcossindicalistas podem dar uma contribuição fundamental para o avanço da frente de luta. Para os militantes anarcossindicalistas, essa é mais uma razão para se envolverem muito mais na construção de um movimento libertário de massa que tenha seus locais de agregação e organização em fábricas, empresas, escritórios, bairros e escolas.

Núcleos libertários de fábricas e empresas em Milão

[Breve História da USI foi publicado várias vezes na revista Volontà em 1957, mimeografado em Milão pela Lotta Anarchica em 1973 e mimeografado novamente em Turim pelo camarada Assandri em 1976.]

NASCIMENTO DA USI: 1912-1922

Quando Ugo Fedeli elaborou a *Breve História da União Sindical Italiana*, ele o fez com base em uma série de considerações e fatos presentes no movimento sindical do pós-guerra que tinham alguns vínculos fundamentais (e, até certo ponto, a história estava se repetindo com os mesmos problemas a serem resolvidos) com a realidade que determinou primeiro o nascimento da CGL (1906) e depois da USI (1912). Superar as condições que haviam sido e estavam sendo criadas no mundo dos trabalhadores por meio da rediscussão das formulações, dos métodos e das orientações apresentadas nos sindicatos que haviam levado ao desastre (Ugo Fedeli, *Breve História da USI*, na época como agora, o problema da unidade sindical estava na pauta).

Em 1906, o Congresso da Resistência foi realizado em Milão, durante o qual o CGL foi criado: um ponto polêmico surgiu no Congresso em relação à forma como as relações entre as Câmaras de Trabalho, as Federações Comerciais e a nova organização deveriam ser estabelecidas. Como o CGL era essencialmente um órgão centralizador que se via como o órgão central, foi criada uma facção minoritária dentro da nova organização: essa minoria redigiu uma única questão na qual confirmava sua posição em relação à maioria, suas diferenças, a direção que estava tomando e os motivos de sua posição. Essa minoria seria conhecida como "Comitê de Ação Direta" com a intenção de "salvar e proteger a autonomia do sindicato" (Assembleia sindical Parma, 3-11-1907). A Câmara do Trabalho de Parma tomou a iniciativa de realizar um congresso para esclarecer todas as forças dissidentes da CGL; a seguinte circular foi elaborada para esse fim:

"O Congresso Provincial de Organizações de Trabalhadores da região de Parma, onde estão presentes 458 ligas que representam 3.000 membros e os representantes da Câmara do Trabalho de Ferrara, com 40.000 membros, e da Câmara do Trabalho de Piacenza, com 12.000 membros - decidiu, em sua sessão do dia 20 deste mês, suspender todos os membros da Confederação General do Trabalho, de acordo com a atitude desta última, e, ao mesmo tempo, instruiu a Comissão designada a convocar rapidamente uma Assembleia das Organizações que não aceitam a orientação atual da confederação para decidir em conjunto o que deve ser feito. Sabendo que V. Sa. compartilha de nossas ideias, informamos que o CE desta Câmara do Trabalho decidiu marcar a Assembleia acima mencionada para 3 de novembro,

organizada com base no trabalho e na justiça, já que, por sua própria natureza, o organismo estatal está fadado a oprimir o primeiro e negar o segundo.

O trabalhador nunca conseguirá se emancipar da opressão secular, a menos que substitua o Estado em expansão e desmoralizante pela federação livre de todos os grupos de produtores com base na solidariedade e na igualdade [...].

[...] De fato, já foram feitas tentativas em vários lugares para organizar o trabalho a fim de melhorar a condição do proletariado, mas até mesmo a menor melhoria é imediatamente aproveitada pela classe privilegiada, que se esforça continuamente, sem restrições ou limites, para explorar a classe trabalhadora. Mas a vantagem dessa organização é tal que, mesmo no atual estado de coisas, ela não pode ser renunciada. Ela faz com que o proletariado se confraternize cada vez mais na comunidade de interesses, treina-o na vida coletiva e o prepara para a luta suprema.

Melhor ainda, a organização livre e espontânea que deve substituir o organismo privilegiado e autoritário do estado político, uma vez estabelecida, será a garantia permanente da manutenção do organismo econômico contra o organismo político. Consequentemente, deixando os detalhes da organização positiva para a prática da revolução social, pretendemos organizar a resistência em uma escala ampla e torná-la mutuamente solidária [...].

Apesar do período de declínio da classe trabalhadora no início dos anos 60, um declínio causado pela liquidação da luta dos sindicatos por meio de acordos antiproletários com os patrões (como no caso da "justa causa" para demissões) que levou um grande número de trabalhadores a rasgar suas carteiras e perder o interesse em todas as questões sindicais, os sindicalistas libertários veem a camada proletária de vanguarda (que não se reconhece mais no sindicalismo oficial) como o principal elemento com o qual se unir no sindicalismo com um objetivo revolucionário.

A conclusão é, portanto, que "a luta sindical ainda é válida, em vez de ser muito válida, levando em conta o fato de que os trabalhadores devem enfrentar os problemas..." A luta dos trabalhadores, na concepção dos anarquistas, tem uma experiência positiva que "pode ter uma grande influência sobre as forças que permanecem na brecha. É aí que devemos estar atentos, intervindo com todas as nossas energias para reconquistar os direitos reais da classe trabalhadora". Para isso, a estrutura sindical da USI reproduzia a adotada pela CNT espanhola, que era a organização revolucionária que reunia todas essas iniciativas, como os "comitês de agitação" e os "comitês de ação".



questão do movimento dos trabalhadores e do sindicalismo revolucionário. Em um momento em que, como emergiu do debate pré-congresso mencionado acima dentro da organização específica, a FAI, há uma desconfiança predominante em relação ao sindicalismo, mesmo que seja libertário.

Em cada seção, o debate se desenvolveu e as posições pareciam quase idênticas, especialmente em relação ao primeiro ponto: o problema dos trabalhadores era fundamental para a vida do movimento? Certamente, ele é fundamental. É parte integrante da vitalidade do movimento; nesse ponto, os sindicalistas libertários estão de acordo e, para dar mais peso às suas posições, eles se referem às deliberações do Congresso de Saint-Imier (1872) e, acima de tudo, ao quarto ponto dos princípios. Em Saint-Imier, no Jura suíço, uma área com tradição anarquista (cujas ideias eram difundidas entre os trabalhadores da relojoaria), em 1872, os delegados antiautoritários da Primeira Internacional se reuniram para tomar decisões diante do golpe de misericórdia realizado pelos "autoritários" e especialmente por Marx. Em um congresso em Haia, convocado em grande segredo e na ausência dos antiautoritários, eles aboliram um dos princípios fundamentais da Internacional. Para eles, a abolição do Estado não tinha mais valor, mas a "conquista" do Estado, dando origem à teoria da "ditadura do proletariado". Esse foi o motivo da divisão entre os autoritários e os antiautoritários; estes últimos se reuniram em Saint-Imier, reafirmando os princípios antiautoritários que seriam adotados pelo movimento anarquista internacional.

Abaixo está um lembrete do ponto 4 das decisões de Saint-Imier, que dizem respeito ao movimento dos trabalhadores ao qual os sindicalistas da USI afirmam pertencer, a fim de incentivar todos os anarquistas a entrar no meio das lutas e sair do isolamento em que se fecharam.

"A liberdade e o trabalho são a base da moralidade, da força, da vida e da riqueza do futuro. Mas o trabalho, se não for livremente organizado, torna-se opressivo e improdutivo para os trabalhadores, e é por isso que a organização do trabalho é a condição indispensável para a emancipação real e completa do trabalhador [...].

O trabalho não pode ser exercido livremente sem a posse de matérias-primas e de todo o capital social, e não pode ser organizado a menos que o trabalhador, ao se emancipar da tirania política e econômica, conquiste o direito de se desenvolver plenamente com todas as suas faculdades. Qualquer Estado, e precisamente qualquer governo e administração das massas populares, que exerça o poder de cima para baixo, sendo necessariamente baseado na burocracia, no exército, na espionagem e nos sacerdotes, nunca será capaz de estabelecer a sociedade



convidando-a a comparecer com pelo menos um representante. Não precisamos dizer o quanto é necessário que cheguemos a um acordo sobre a questão vital que é o tema desta Assembleia. Ela é de interesse de todo o proletariado italiano e agora se tornou uma questão de atualidade urgente, após a reunião de Florença - na qual foi negada qualquer autonomia às organizações - e após a traição realizada pela Confederação às custas dos trabalhadores ferroviários.

Se não quiser perpetuar um estado de coisas que é inconveniente e prejudicial para todos, você deve participar da Assembleia que estamos convocando e fazer um sacrifício para participar. Em todo caso, esperamos uma resposta imediata. Saudações fraternas".

A Assembleia foi realizada na Câmara do Trabalho de Parma, onde estavam reunidos os representantes de 1.018 membros (16 Câmaras do Trabalho, 2 Sindicatos e Federações - trabalhadores ferroviários e trabalhadores da pele -, 1,9 Ligas e Seções Comerciais, 1,6 outras organizações). As relações com a Confederação do Trabalho foi o problema central: começando com a traição da CGL aos trabalhadores ferroviários (que haviam aderido à greve geral convocada após o massacre de Milão), que os deixou expostos a represálias do governo, chegamos ao problema mais profundo de divergência e oposição entre a CGL e as Câmaras do Trabalho dissidentes, em uma reunião realizada em Florença entre a CGL e representantes do Partido Socialista. Naquela ocasião, ignorando as organizações locais que não reconheciam nenhuma autonomia em seus movimentos e atribuíam a si mesmas a iniciativa e a direção, o CGL as subordinou aos interesses eleitorais do Partido Socialista. Foi isso que o Alcestre de Ambris disse em seu relatório ao Congresso de Parma:

"O que teria acontecido se a Confederação tivesse que tomar a iniciativa ou não se opor a essas agitações? (Observação: estamos nos referindo às agitações - 34 greves em 1907 - lançadas pela Câmara do Trabalho de Parma, agitações realizadas de forma autônoma e 'todas vitoriosas, exceto uma'). Também poderia ter sido feita referência ao caso idêntico dos trabalhadores ferroviários. Devemos começar afirmando a total autonomia das organizações sindicais em relação a qualquer partido político e que as organizações locais devem ter a maior liberdade de ação e nunca devem permitir que alguns homens se tornem chefes, legislando e descartando a vontade do proletariado como bem entenderem. Por esse motivo, dada a situação atual da Confederação del Lavoro, devemos ver se é mais útil nos unirmos em massa à Confederação para transformá-la ou se devemos criar um novo órgão independente da Confederação atual".

Os relatórios revelam dois pontos de vista:

1º entrada em massa na CGIL para conquistá-la;

2º criação de uma nova organização.

Como não houve acordo geral nem sobre o primeiro nem sobre o segundo ponto, chegou-se a um compromisso (aceito): a criação de um "Comitê de Resistência" para coordenar a ação dos sindicalistas. Aqui está a moção apresentada por Badiali - De Ambris e aceita pelos delegados:

"Os representantes de mais de 200.000 trabalhadores organizados de todas as regiões da Itália, reunidos em Parma, observam que a direção tomada pela Confederação General do Trabalho não corresponde de forma alguma aos interesses e sentimentos do proletariado italiano. Uma vez que seus líderes, violando abertamente os estatutos, vincularam seu futuro ao de um partido político e pretendem transformá-lo em um órgão centralizador com intenções conservadoras, restringindo a livre iniciativa das organizações membros e impedindo-as constantemente de afirmar uma vontade coletiva vigorosa, na presunção de que devem impor sua lei às massas, em vez de serem os representantes e coordenadores do pensamento e da ação das mesmas - e por isso - enquanto negam resolutamente à CGIL, em virtude de sua composição, o direito de reivindicar ser a legítima intérprete e representante do proletariado, que demonstrou repetidamente que segue conceitos muito diferentes daqueles nos quais a Confederação se baseia, reafirmam:

1º que a organização dos trabalhadores deve acolher em seu seio todos aqueles que pretendem liderar a luta pelo desaparecimento do sistema assalariado e dos empregadores, fora de qualquer escola ou partido político;

2º que a maior autonomia e a mais completa liberdade de iniciativa devem ser deixadas às organizações locais ou de categoria para os movimentos de resistência que lhes dizem respeito;

3º que os líderes da organização sindical só podem se considerar como o Comitê Executivo da comunidade de trabalhadores e não como seus legisladores e chefes;

4º que deve ser responsabilidade específica dos líderes coordenar forças e tentativas de sancionar por meio de ação direta - culminando em momentos supremos na greve geral - a vontade proletária, seja em defesa, protesto ou conquista;

Resolvido:

criar um Comitê Nacional de Resistência com a tarefa específica de reunir todas as organizações nacionais que - seguindo a linha expressa na presente ordem

Ventimiglia), sobretudo por causa da falta de clareza entre os anarquistas com relação ao anarcossindicalismo. De fato, na organização nacional específica (a Federação Anarquista Italiana) havia dúvidas sobre se o sindicalismo revolucionário poderia levar o ideal anarquista às massas (esse plano era considerado possível apenas para a organização específica); por essa razão, havia uma concepção diferente entre os setores libertários em relação à intervenção na esfera social. Os anarcossindicalistas, por sua vez, consideraram necessária a ação sindicalista, pois, se esta faltasse (por não levar ao proletariado as ideias de ação direta, recusa de delegação etc.), o ideal anarquista se reduziria simplesmente a uma ideia acessível a uma elite, mas fora das massas; e, como se sabe, somente as massas podem mudar seu próprio destino (a emancipação do proletariado será obra do próprio proletariado). Quando isso for esclarecido dentro do movimento específico, poderemos avançar de forma mais unida e eficaz.

"SEIS PERGUNTAS AOS ANARQUISTAS"

- 1) O problema dos trabalhadores é fundamental para a vida do Movimento? Por que sim ou por que não?
- 2) Você ainda considera a luta sindical válida do ponto de vista prático? Por que sim ou por que não?
- 3) Você acha que um sindicato de inspiração anarquista, como a CNT espanhola, poderia dar ao movimento anarquista italiano uma possibilidade maior de penetrar nas massas sem diminuir os princípios fundamentais do anarquismo?
- 4) Você acha que faz sentido que todo camarada lide com o problema dos trabalhadores filiando-se a este ou àquele sindicato?
- 5) Você acha que, nas condições em que as organizações sindicais estão operando atualmente, os conceitos de guerra de classes revolucionária ainda são válidos - para as massas trabalhadoras italianas - e que é possível criar uma organização sindical com uma tendência soreliana, que teve seus teóricos italianos em Enrico Leone e Arturo Labriola em primeiro lugar (na medida em que ele acabou como Ministro do Trabalho).
- 6) Observando as atividades realizadas ao longo dos anos pelos anarcossindicalistas italianos e suas publicações, você considera que elas estão mais próximas daquelas praticadas pelos anarcossindicalistas da CNT ou daqueles de inspiração soreliana?"

Com essa iniciativa dos trabalhadores libertários do Lazio ("Notas sobre o movimento dos trabalhadores"), estendida a todas as seções da USI, outro debate foi lançado com o objetivo de esclarecer, mais uma vez, o que os anarquistas italianos pensavam da

No debate pré-congresso, a seção USI Sestri-Ponente apresentou a proposta de concentrar a reunião em vários temas, incluindo:

- problemas dos trabalhadores, acordos coletivos, métodos de luta, demandas;
- imprensa: a necessidade de publicar um jornal "Órgãos da USI";
- a posição da USI sobre o flagelo da guerra.

Os ativistas da Sestri-Ponente veem a prática que uma organização de trabalhadores pode usar para explicar as posições que as seções de luta devem adotar como uma necessidade imperativa (em um momento em que toda a classe está lutando pela renovação dos acordos coletivos), que vai além da conquista de alguns centavos (que podem ser imediatamente recuperados pelo próprio sistema).

"Solidariedade ativa" entre os explorados. Objetivos a serem alcançados por meio de ação direta e decisiva "[...] e marchando em direção a outros objetivos que estão por vir"... Nos últimos anos, o movimento libertário sempre teve medo de "sujar as mãos" ao entrar na intervenção sindical com outras confederações (ou como as confederações); sempre teve medo de deixar de ser "purista" ao aceitar um determinado campo de intervenção.

Esse estado de coisas foi encontrado pelos trabalhadores libertários de Sestri-Ponente, que deram a conhecer sua experiência de intervenção na área e, acima de tudo, no caso específico dos trabalhadores demitidos em Bruzzo; a solidariedade que a USI trouxe a esses trabalhadores, além da presença na luta contra as demissões, permitiu que um grande número de pessoas se aproximasse e conhecesse uma maneira diferente de fazer sindicalismo. Tivemos que parar de observar e julgar o que estava acontecendo (característica de uma fase do movimento libertário), tivemos que estar presentes sem medo de perder nosso "purismo" ideológico, tivemos que fazer com que todas as seções concordassem em intervir não apenas em solidariedade, mas também na prática, na luta... "Surge a necessidade de uma ação coletiva - Genova Sestri, Piombino, Livorno, Carrara, Forlì, Roma, Ventimiglia, Bolonha, onde quer que haja um único companheiro da USI. Tomar medidas simultâneas e colegiadas que sejam materialmente idênticas de acordo com as circunstâncias...".

Na prática, os companheiros de Sestri-Ponente estavam pressionando para que a USI se transformasse de uma posição abstrata em uma força de ação e uma força motriz em situações de luta. Mas nem todas as seções consideraram um congresso de curto prazo (Roma,

do dia - pretendem desenvolver, de comum acordo, uma ação comum de luta incessante contra a atual ordem capitalista com todos os meios, sem exclusão, que a prática sindical demonstrou ser eficaz para enfraquecer e eliminar a classe e o Estado burgueses.

O Comitê Nacional de Resistência - cuja composição será determinada pela assembleia atual - é responsável por colocar em prática as decisões da assembleia, funcionando como um órgão executivo e consultivo para todas as organizações que representa."

A CGIL e a USI agora tinham conceitos e táticas sindicais diferentes, bem como conceitos diferentes de sindicato. Para os sindicalistas (USI), o sindicato era um novo princípio de civilização que ia além e contra a civilização burguesa, lutando por sua eliminação; o sindicalismo foi enriquecido pela prática que escolheu por meio do autogoverno (oposto a qualquer autoridade tutelar ou superior) que ele próprio havia escolhido por meio de sua prática política. Para entender os pontos de diferença entre os deveres e as funções do "Comitê de Resistência Nacional" e os deveres e as funções do CC da CGIL, precisamos lembrar o status do "Comitê de Resistência":

1º O Comitê Nacional de Resistência é composto por uma Comissão Executiva de 3 membros escolhidos entre os organizadores da Câmara do Trabalho de Bolonha e um Conselho composto por um representante de cada uma das Câmaras de Piacenza, Parma, Ferrara e Ancona, e um representante do Sindicato dos Ferroviários, quando e onde ele se juntar oficialmente.

2º O Comitê tem o mandato de realizar o que foi decidido pela Assembleia de Parma de 3 de novembro de 1907; as organizações membros, convocadas por referendo, decidirão no momento mais oportuno sobre um Congresso Nacional da Resistência, reunindo todas as organizações na Itália. O Congresso - se necessário - pode ser convocado com urgência por iniciativa do Comitê.

3º Para seu funcionamento, as organizações membros contribuem com uma taxa fixa de um centavo por membro e por semestre. A primeira contribuição deve ser paga em novembro e será deduzida do saldo de 1907.

4º A sede do Comitê Nacional de Resistência fica em Bolonha.

Dezembro de 1910: segundo congresso sindical em Bolonha. Na verdade, foram realizados dois congressos em Bolonha: um teórico e outro prático. O primeiro envolveu E. Leone e A. Labriola, que discutiram teoria e polêmicas ideológicas. Pouco depois, os ativistas e militantes do movimento dos trabalhadores se reuniram para discutir os problemas táticos e práticos da luta sindical,

transformando o "Comitê Nacional de Ação Direta" no "Comitê de Resistência", eles esboçaram a constituição de uma organização sindical genuína de natureza nacional, cujo objetivo seria coordenar as forças sindicais revolucionárias pertencentes à CGIL, coordenando-as com as forças agora autônomas. Mais dois anos de lutas intensas se passaram até o surgimento de uma organização sindical nacional. Além das lutas sindicais diretas, o Comitê da Resistência organizou manifestações contra as empresas coloniais e a guerra na Líbia.

Os "teóricos" do movimento e as massas. Os teóricos (Labriola, Orano...), negando as premissas antimilitaristas, apoiaram a guerra na Líbia.

Isso nos leva a 1912, quando um congresso de todas as organizações pertencentes ao "Comitê de Resistência" foi realizado em Modena. Mesmo em Modena (23, 24 e 25 de novembro de 1912), os 154 membros do congresso discutiram se deveriam ou não se unir em massa à confederação para conquistá-la por dentro ou provocar uma cisão e criar um segundo sindicato reunindo todas as organizações com tendências sindicalistas revolucionárias.

As razões daqueles que se opunham à formação de dois sindicatos podem ser resumidas no fato de que isso não apenas provocaria dissensões internas no proletariado, mas que a constituição de um segundo sindicato teria sido o ponto de partida para a criação de outros sindicatos específicos (republicanos, anarquistas...) às custas de todos os trabalhadores, às custas da massa. Para evitar a criação de tal situação, foi confirmado que o "Comitê de Resistência" deveria trabalhar dentro da Confederação, coordenando a minoria revolucionária, incentivando a entrada na CGIL daqueles que já haviam saído e demonstrando, com a prática e a atitude dos revolucionários, a supremacia do sindicato (instrumento da luta de classes) sobre o sindicato reformista.

Do lado daqueles que eram a favor da criação de um segundo órgão fora da CGIL, argumentou-se que era impossível fazer um trabalho eficaz no terreno revolucionário permanecendo e entrando na confederação, e que a Confederação havia nascido de um engano e os revolucionários haviam caído nele: remediar o erro significava escolher a divisão.

Concluimos com a seguinte moção:

"O Congresso Nacional da Ação Direta reafirma, acima de tudo, o princípio da unidade dos trabalhadores, necessário para que o proletariado complete suas conquistas e siga seu futuro.

6) A União Sindical Italiana luta contra a hierarquia de salários e rendas, que, assim como a hierarquia, é um fator de desunião entre os trabalhadores. Ele não reconhece a escala de valores, não apenas porque é uma criação artificial, mas também porque só pode existir em uma sociedade baseada no antagonismo de interesses.

7) A estrutura orgânica e a operação da USI são do tipo federalista, contrárias a toda centralização burocrática e corporativa.

8) Se o influxo de elementos heterogêneos der origem a um voto majoritário e o mesmo objetivo de se desviar do caráter original da USI, esta será automaticamente dissolvida e pretende-se reconstruí-la imediatamente de acordo com o espírito destes Artigos de Associação com o direito exclusivo a todo o capital social.

9) No caso de dissolução de uma Seção Local ou Comercial, seu capital social será legado à USI e, no caso de dissolução da USI, seu capital social será legado à AIT.

10) Os presentes estatutos só podem ser alterados por um Congresso Nacional, desde que isso não constitua um desvio do espírito orientador dos princípios da USI.

Parte II

11) Os membros encarregados das tarefas organizacionais para o funcionamento da USI, eleitos livremente pelos organizadores, cumprim seu mandato executando as decisões das Assembleias Gerais.

12) Os órgãos da USI (comitês de seção comercial, provincial, regional e nacional) são executivos, enquanto as assembleias de seção comercial, provincial, regional e nacional são órgãos de tomada de decisão.

13) Cada comitê ou delegado é um órgão executivo da assembleia que o nomeou e lida apenas com as tarefas pelas quais é responsável.

14) Os membros da Comissão Nacional são eleitos diretamente pelos organizadores, que podem substituí-los sempre que julgarem necessário.

15) O Comitê Nacional também atua como o comitê de supervisão da publicação oficial da USI (o Jornal).

16) O Congresso da USI, que será realizado todos os anos, é organizado pela Comissão Nacional, cuja função executiva depende das decisões da Seção e das Assembleias Comerciais.

17) O Congresso Nacional também poderá ser convocado extraordinariamente sempre que a maioria dos membros assim o solicitar, permanecendo válidas as disposições do item 16.

18) A USI obtém seus recursos financeiros das taxas de associação.

19) O capital social da USI é usado exclusivamente para atividades sindicais.

A equipe técnica demitida por limite de idade, fornecendo-lhes não apenas instalações, mas também as ferramentas necessárias para lutar (advogados, imprensa, circulação de informações em todo o país). Outro nível de intervenção consistiu em "denunciar a fraude em órgãos administrativos" e a corrupção causada pela burocracia e pela hegemonia partidária. Nesse espírito, os municípios de Roma e Bolonha foram denunciados por seguirem uma política clientelista de atendimento à população pelos partidos que dividiam o bolo.

Em 1966, com vistas ao 4º Congresso da USI, os ativistas sindicais participaram de um debate pré-congresso do qual, além de ativistas isolados de toda a Itália, participaram todas as seções presentes em nível nacional: USI de Forli, USI de Carrara, USI de Genoa-Pegli, USI de Piombino, USI de Sestri.

Em primeiro lugar, discutimos os estatutos, ou melhor, os princípios da União Sindical Italiana, que são os mesmos desde sua reconstituição em 1950:

"PRINCÍPIOS DO SINDICATO ITALIANO"

Iª Parte

1) É formado o União Sindical Italiana, membro da AIT (Associação Internacional de Trabalhadores).

2) A União Sindical Italiana é a organização nacional de todos os trabalhadores de força e pensamento, de todos os sexos e nacionalidades, residentes na Itália, que se propõem a alcançar com suas próprias forças a emancipação do homem, libertando-se de toda dominação econômica, política e moral.

3) Seu objetivo é substituir a atual sociedade autoritária e capitalista por uma organização federalista e racional de produção e distribuição, e substituir a luta entre os homens pela solidariedade humana.

4) Ao mesmo tempo em que luta pela socialização dos meios de produção e de troca, pela abolição do Estado e dos dogmas, a União Sindical Italiana se esforça para conseguir para os trabalhadores todas as melhorias materiais e morais imediatas: uma jornada de trabalho mais curta, maior poder de compra, respeito e higiene no local de trabalho, etc., que o equilíbrio de poder permitirá no tempo e no lugar.

5) A União Sindical Italiana é autônoma. Não depende de nenhum partido político, movimento específico, filosófico ou religioso, etc., e se recusa a seguir qualquer pessoa em ações indefinidas. Recusa-se a qualquer aliança permanente. Qualquer membro que se torne um candidato político ou candidato a um cargo público deixa automaticamente de ser membro do União Sindical Italiana.

Salienta que a Confederação Geral do Trabalho, assim como ela própria, até agora não conseguiu alcançar a Unidade e, obviamente, é incapaz de alcançá-la no futuro devido à sua tendência cada vez maior de se tornar um verdadeiro partido parlamentar, fechado e exclusivo a ponto de negar as organizações que não desejam aceitar sem discussão os dogmas políticos e sindicais impostos por essa minoria que, fortuitamente e não sem um traço de fraude, tomou conta dela.

Considera supérfluo e desnecessariamente dilatatório, à luz da experiência dos últimos anos, insistir novamente na resolução adotada na reunião sindical realizada em Bolonha em 12-12-1910, durante a qual foi decidido fazer uma tentativa unitária de trazer forças sindicalistas para a confederação (uma tentativa que os reformistas impediram), Essa resolução se tornou inútil devido à conduta da Confederação Geral do Trabalho, que se recusou, com abuso sectário mal enquadrado por pretextos processuais, a admitir as forças sindicalistas mais conhecidas e mais bem organizadas; reconhece que uma organização genuína de unidade dos trabalhadores não pode existir na Itália se não for inspirada pelos princípios de indiferença em relação a todas as denominações religiosas, neutralidade em relação a todos os partidos políticos e autonomia sindical;

Resolve de acordo:

Como tributo a esses critérios, para dar vida a uma nova organização na qual, em acordo com todas as forças organizadas dos trabalhadores - fora da Confederação Geral do Trabalho - seria possível colocar seriamente em prática a realização da Unidade Proletária Italiana, nas bases indicadas de a-confessionalismo, apolitismo partidário e autonomia sindical.

Por esse motivo, o Congresso convida as organizações que aceitam esses princípios a se unirem ao novo Instituto Unitário, deixando-as livres para adotar a atitude em relação aos órgãos nacionais existentes que considerarem mais apropriada para o propósito de preservar a unidade local".

As duas moções foram colocadas em votação: a de Bitelli (a favor do entrismo) e a de De Ambris (a favor da separação e da criação de um segundo sindicato).

O resultado:

De Ambris	42 114	votos
Bitelli	28 856	votos
Abstenções	6 253	votos



Assim nasceu a União Sindical Italiana, com sua sede em Parma e seu órgão oficial, o periódico L'Internazionale (que já era a publicação do "Comitê da Resistência").

O Comitê Central da USI é formado por sindicalistas de cada Câmara do Trabalho membro em todo o país. A reunião aceita outra moção (de Corridoni) contra os perigos da guerra:

A assembleia das organizações revolucionárias de trabalhadores italianos, com o objetivo de a obscura situação internacional apresentada pela possibilidade iminente de uma conflagração europeia;

Exorta o proletariado ao seu dever de se opor a todo custo e com todos os meios ao massacre fratricida para o qual gostaria de ser enviado em homenagem a interesses que dizem respeito apenas à classe inimiga;

Convida seus sindicatos membros a promoverem manifestações públicas e a darem seu apoio a quaisquer movimentos nacionais ou internacionais que possam ser formados, enfatizando seu caráter resolutamente revolucionário;

Instrui o Comitê Central a tomar as iniciativas e medidas que as circunstâncias exigirem, caso a ameaça de uma conflagração europeia se torne mais concreta e iminente.

O relatório De Ambrís define alguns dos pontos do programa para a nova organização. Ele afirma:

"Não é apenas uma questão de método que nos separa dos reformistas."

O método diferente é determinado pelo fato de que eles estão buscando um objetivo diferente. Nós queremos o desenvolvimento pleno, completo e autônomo do sindicato dos trabalhadores, transformando-o no principal elemento constituinte e no órgão dirigente da nova sociedade de produtores livres e iguais pela qual estamos lutando. Eles querem que o sindicato não seja mais do que um instrumento para as melhorias parciais e ilusórias que a classe trabalhadora pode obter da benevolência da classe patronal e da intervenção estatal, que, a partir de sua própria força, se volta para uma conquista ousada.

Eles querem que a transformação social seja realizada não e pelo Estado, com uma série de medidas legislativas e uma extensão cada vez maior dos poderes do Estado, que deve substituir o capitalismo privado, reservando para si a direção de toda a produção e troca, bem como a distribuição da riqueza.

Qual é o ponto de convergência entre essa concepção autoritária e adoradora do Estado do desenvolvimento social e a concepção sindicalista libertária e antiestatal?



A propaganda e as lutas dos "Anarcossindicalistas da USI" têm o objetivo de penetrar na massa dos explorados com as lutas contra a diferença entre categorias, que é uma arma nas mãos dos patrões para dividir melhor a classe; a conscientização da recusa de horas extras e a obtenção imediata e não em etapas da redução da jornada de trabalho (40 horas semanais).

Eles atuavam em nível de base, fazendo propaganda e apoiando problemas específicos, como efeitos nocivos, trabalho por peça, o papel dos delegados sindicais, conselhos de fábrica (CDFs) e conselhos de bairro. Esses instrumentos foram originalmente criados em nível de base, mas depois foram assumidos pelos sindicatos ou pelas autoridades civis, que os transformaram em correias de transmissão entre a gerência e a base.

Nos anos entre a reconstituição da USI em 1950 e 1960, não houve lutas, no sentido de que os militantes agiram em sua própria realidade, sem reunir situações interessantes da vida real. Esse fato também pode ser demonstrado ao ler os boletins mimeografados da USI (USI: Boletim de Informação, Genoa-Pegli), que eram publicados três ou quatro vezes por ano.

Na ausência de qualquer outro meio, alguns companheiros decidiram fornecer contrainformação sindical repondo os escritos de figuras históricas como A. Meschi, para fornecer informações sobre eventos mundiais, como os massacres no Congo, para tirar as massas de seu torpor e incentivá-las a expressar sua solidariedade com os anarquistas na Espanha de Franco, como no caso da prisão e condenação de Stuart Christie na Espanha.

Foi exatamente em torno dos eventos na Espanha que a USI (especialmente a seção Genoa-Pegli) organizou várias "assembleias anti-Franco" por meio de um "Comitê de Libertação para a Espanha Livre". Essa demonstração clara mostra como os trabalhadores libertários sempre olharam para a Espanha e as lições que ela ensinou no breve "verão da anarquia" de 1936-39.

Em princípio, as publicações da USI continham, além dos eventos diários, toda uma série de artigos históricos (desde as resoluções do congresso de Saint-Imier até a publicação completa em série de panfletos como "A Revolução Social na Itália") sempre centrados em um discurso libertário, de modo a oferecer instrumentos às massas, instrumentos retirados da experiência proletária.

Em termos de ação prática, além da presença libertária em algumas fábricas (como a Ansaldo em Gênova), a seção da USI em Gênova-Sestri era muito ativa, organizando e participando de várias iniciativas, como o problema dos funcionários.

serviços de saúde. Embora não sejam demandas fracassadas, são, no entanto, demandas "fracas" que são fácil e pontualmente recuperadas pelo sistema: são "fracas" porque devemos ter a menor necessidade possível da enfermaria do local de trabalho ou do comitê para o estudo e a prevenção de acidentes de trabalho. Precisamos determinar o objetivo certo aqui, o objetivo que representa uma conquista inalienável, ou seja, que não pode ser retomada pelo sistema; tal objetivo inclui a redução das horas de trabalho para a paridade salarial (no caso particular de Carrara, estamos caminhando para uma jornada de trabalho de 5 horas: de fato, desde 1911, os trabalhadores das pedreiras de mármore já haviam conquistado a jornada de trabalho de 6 horas por meio de lutas anarco-sindicalistas). A necessidade de reduzir a jornada de trabalho não era apenas para reduzir pela metade o número de acidentes de trabalho, mas também "para coincidir com a demanda geral por melhores condições de vida em todo o mundo, tanto no trabalho quanto fora dele, para que todos possam desfrutar de mais tempo livre para se dedicar a eventos culturais, políticos e sociais com maior envolvimento". Outro exemplo, além de Carrara, é Gênova, outra área com uma longa tradição da USI, onde "os anarcossindicalistas da USI" (como assinaram um a série de folhetos e documentos) sentiram a necessidade de sacudir a si mesmos e ao movimento do torpor em que viviam há vários anos, para se reintegrarem à prática das lutas proletárias: "[...] somos definidos como sonhadores ingênuos. Já os sonhadores ingênuos são aqueles que esperam ser capazes de interromper o mecanismo capitalista à medida que ele se torna cada vez mais aperfeiçoado e concentrado em nível internacional, com alguma reforma que em nada altera as relações de poder, que não muda nossa condição de explorados, mas que é um instrumento nas mãos do capitalismo avançado, uma tentativa de nos integrar cada vez mais ao processo produtivo, cujo custo recai sobre o próprio proletariado...":

"A propaganda contra as ilusões reformistas e autoritárias - é ouvida - na organização de conselhos, nas várias situações em que a exploração ocorre (fábrica, distrito, escola, exército) na luta contra o sistema burguês por objetivos que garantam a autonomia dos trabalhadores em relação às armadilhas do capital."

Ao contrário dos sindicalistas de Carrara, os de Gênova apresentaram a alternativa libertária. Essa foi uma consequência lógica das posições de Carrara, já que os sindicatos haviam recuperado quase todo o potencial revolucionário expresso pelas massas de jovens e proletários no período anterior e posterior ao outono quente.

Nenhum.

Portanto, estamos nos movendo na direção oposta, rumo a um objetivo oposto ao dos reformistas. Nós queremos anular o poder opressor do Estado; eles querem multiplicá-lo até que ele se torne o regulador supremo de toda a vida social.

Nosso objetivo é conquistar a autonomia e a liberdade total dos grupos produtores e do indivíduo dentro desses grupos, enquanto o objetivo deles é estabelecer a mais terrível tirania que o mundo já conheceu.

Princípios confirmados no programa de status aceito, que afirma, por exemplo:

"Não é supérfluo lembrar que, desde que a organização dos trabalhadores assumiu uma importância predominante no movimento social, duas formas essencialmente diferentes de conceber a ação sindical se manifestaram imediatamente. A consequência lógica disso foi a criação de duas formas diferentes de organização e o surgimento, na prática, de dois sindicalismos: o sindicalismo reformista e o sindicalismo revolucionário...".

Aqui estão as principais características de ambos:

"O sindicalismo reformista-político, centralizador, burocrático e pacifista, que venera as contribuições financeiras externas, naturalmente produz uma organização sem iniciativa, sem dinamismo, egoísta, corporativista, dividida e desconfiada de suas próprias forças, sob a ilusão de obter da política partidária o que não pode obter de sua própria energia.

Essa é a realidade prática do presente. Mas é permitido prever outra desvantagem para o futuro, já que, se com uma organização semelhante conseguíssemos transformar a sociedade, não teríamos essa sociedade de indivíduos livres e iguais que é nosso sonho radiante, mas uma sociedade ainda composta de escravos. Com a única diferença de que, em vez dos patrões de hoje, o proletariado teria de suportar uma oligarquia de funcionários de sindicatos e políticos com o rótulo de sindicalistas."

Sindicalismo revolucionário,

"O proletariado deve saber que só terá o que for capaz de conquistar e que não pode e não deve exigir nada de ninguém além de sua própria vontade e de sua própria união. O proletariado deve saber que só terá o que for capaz de conquistar e que não pode e não deve pedir nada a ninguém, exceto sua própria vontade e sua própria união.

[...]

O sindicalismo revolucionário que é antipolítico, descentralizador, autônomo, libertário, não burocrático, combativo e não idolatrado por meios financeiros constitui, no



presente, uma organização rica em iniciativas, vigilante, ousada, com um forte senso de classe, confiante em sua força, sem ilusões parlamentares: e preparando para o futuro o advento de uma sociedade na qual não haverá novos patrões para substituir os de hoje, mas igualdade e liberdade que não são apenas palavras vazias, mas realidades concretas".

Para entender melhor os princípios da nova organização, é interessante observar o conteúdo de um pôster nacional da USI de 1913:

"É uma velha bandeira cheia de glória, a que estamos erguendo mais uma vez. Ela cobre o trabalho paciente de preparação e se explica nas santas audácias da revolta; seu tecido é tingido com o sangue dos mártires e não se desvanecerá com as cores tênues da paz social. Uma bandeira de esperança e batalha. Sob sua sombra se reúnem apenas os fortes que não têm medo do sacrifício; os lutadores que sabem como enfrentar a luta com alegria.

É a bandeira da Primeira Internacional, a que estamos levantando novamente, camaradas!

Quantos sentem a vergonha do presente acontecimento, quantos ainda têm fé no destino do proletariado, que venham conosco, neste exército de homens livres que querem marchar em direção às auroras vermelhas da Revolução Social.

Viva a organização dos trabalhadores!

Vida longa à União Sindical Italiana!"

A importância que o União Sindical Italiana assumiu imediatamente foi demonstrada pelas lutas colossais travadas especialmente em alguns centros agrícolas e pelas greves gerais em toda a Itália. Em 1913, foi dado apoio às greves agrícolas em Ferrarais e Biulles, às greves gerais dos metalúrgicos e dos trabalhadores do gás em Milão e dos trabalhadores do mármore em Carrara. Ao mesmo tempo, foram criadas novas seções em Sestri Porrente, Bari, Sarignola, Rovigo, Mantova e Cremona.

O segundo congresso da USI ocorreu em Milão (4, 5 e 7 de dezembro de 1913), com a participação de 191 delegados representando 1.003 ligas e 98.037 trabalhadores organizados, e reuniu militantes como Guisepe di Vittorio, A. Meschi, De Ambris e Filippo Corridoni. A arma da greve geral foi discutida: Armando Borghi, o relator desse item, afirmou a eficácia da greve geral como um método de defesa e conquista para os trabalhadores "visando à vitória definitiva da classe trabalhadora por meio da expropriação da classe capitalista". Outra questão importante em todos os congressos da USI foi o antimilitarismo: a atitude de todas as organizações com relação a esse ponto foi mais uma vez confirmada, não apenas a luta sindical, mas também uma luta



todo o território nacional e se projetou para o crescimento do anarcossindicalismo que, no futuro, se transformaria em um movimento organizado de massas, como a USI havia sido no passado. Portanto, a ação anarcossindicalista não está morta entre os trabalhadores italianos enquanto os "desvios anarcossindicalistas" forem constantemente temidos, periodicamente denunciados e condenados pelas lideranças sindicais.

Várias iniciativas foram tomadas como USI no final dos anos 60, por exemplo, entre os trabalhadores de mármore de Carrara, onde os trabalhadores libertários redigiram um documento durante uma assembleia na qual, depois de relembrar as lutas travadas há um século pela conquista das 8 horas e, em seguida, as lutas pela conquista das 6 horas (em Carrara), eles propuseram uma discussão com todos os trabalhadores de mármore para alcançar o objetivo da conquista de 5 horas como jornada de trabalho. Depois de analisar a situação específica de Carrara e a fuga de trabalhadores, o documento se concentra no sindicato, ou melhor, no "movimento sindical":

"[...] O movimento sindical finalmente se deu conta de que seus deveres e objetivos são mais políticos (redução da jornada de trabalho, transporte público, moradia, saúde, escolaridade, participação na vida da empresa) que, ao contrário, são tipicamente demandas, inevitavelmente recuperáveis pelo sistema. De acordo com os sindicalistas libertários da USI em Carrara, o movimento sindical havia dado o salto qualitativo ('concentrando-se mais em reformas estruturais') que levaria a demandas pela socialização total dos ativos produtivos: à autogestão dos trabalhadores. É claro que há uma clara diferença entre o movimento sindical e a demagogia das lideranças sindicais: essas últimas não desenvolveram uma política sindical que correspondesse ao impulso unitário das massas, mas, ao contrário, responderam com ações 'insuficientemente conscientes' ao liderar as lutas por acordos coletivos."

Ficou claro que a atitude da USI em Carrara não era de hostilidade aberta em relação às confederações sindicais, nem enfatizava a luta fora da mediação das confederações; isso era compreensível em vista das duras lutas em nível nacional (outono quente e os proletários invadindo as centrais sindicais CGIL-CISL-UIL), em que o proletariado saiu às ruas e agiu sem intermediários para conquistar seus objetivos. A análise continua esclarecendo o tipo de demandas proletárias: o aumento do bônus por desempenho, o d é c i m o quarto mês, os comitês de estudo e prevenção de acidentes de trabalho, os

como métodos de luta para a conquista dos objetivos proletários. Mas o renascimento da ação sindicalista revolucionária não é obra do vislumbre da União Sindical Italiana que ainda existe, mas sim da ação de grupos e movimentos que, embora teoricamente se reivindicuem marxistas-leninistas, na prática adotam métodos de luta que pertencem à tradição libertária, agindo com base na recusa da delegação ("somos todos delegados"), na recusa da burocracia e do verticalismo em favor do assembleísmo, de modo que as lutas e as decisões sejam tomadas e lideradas pelos próprios explorados. A matriz libertária de tal concepção é indiscutível, assim como a participação e a adesão de grandes setores da nova geração de libertários no final da década de 1960 a tais movimentos, que se desenvolveram sobre a matriz libertária e tomaram rumos políticos completamente diferentes.

Os grupos anarquistas tentaram reviver a USI contando com a base rebelde e antiburocrática da classe trabalhadora, como em Milão, por exemplo, onde uma "Seção USI" - Bovisa foi formada na primavera de 1969, unindo vários Comitês Unitários Básicos (CUB), incluindo o muito ativo comitê ATM nos bondes. A tentativa bem-sucedida em Milão e em outras áreas de dar impulso ao nascimento de uma organização proletária de base fora da influência dos sindicatos foi abruptamente interrompida pelas bombas de 25 de abril de 1969, que injustamente acusaram os anarquistas. Daquele momento em diante e nos anos seguintes, todos os esforços feitos pelos trabalhadores libertários foram dedicados à contrainformação no local de trabalho para demonstrar e fazer com que o público, que havia sido narcotizado pela imprensa do regime, entendesse por que as bombas haviam sido lançadas e por que a culpa era dos anarquistas. Foi um esforço enorme que conquistou novas simpatias para o movimento; e assim como a operação de contrainformação estava produzindo resultados positivos, a necessidade imperativa de uma inserção libertária nas lutas, de uma organização nacional totalmente anarcossindicalista, reapareceu no movimento.

Em relação ao período que vai do pós-guerra até os dias atuais, não estamos mais falando em imaginar de cima para baixo ou de fora mais uma "reconstituição" da USI, que seria de pouca utilidade se não fosse apoiada por uma força real; Para isso, há um florescimento de iniciativas espontâneas ou organizadas (como os núcleos libertários de fábrica, a coordenação de trabalhadores anarquistas, que propõem a reconstituição de estruturas básicas como os conselhos de fábrica e os comitês unitários de zona, que já estão organizados como núcleos da União Sindical Italiana) em toda a Itália.

antimilitarista, antipatriótica: uma base necessária para a agitação antiestatal do proletariado.

Decidiu-se transferir a USI para Milão, onde havia surgido uma União militante que, em 1914, durante a histórica "Semana Vermelha", estaria na vanguarda da organização, com lutas que chegaram a mover a CGL. Em 1914, o ano da conflagração europeia, houve quem, dentro da USI, assumisse uma posição a favor da intervenção da Itália ao lado da França e da Inglaterra, traíndo assim os princípios antimilitaristas que a organização sempre adotou. A posição intervencionista dos irmãos De Ambris, Bianchi, Masotti, Corridoni, etc., não era compartilhada pelas massas; e para esclarecer a posição da organização proletária, foi convocada uma reunião do Conselho Geral, na qual, especialmente por parte do anarquista A. Borghi, foi apontado que a posição intervencionista italiana não era compartilhada pelas massas. Borghi, em particular, apontou que "seriam os patrões e a monarquia que teriam colhido todos os benefícios, e não os trabalhadores".

É peculiar que aqueles que sempre denunciaram as fraudes da diplomacia estejam agora confiando nas promessas dos mesmos diplomatas e dos mesmos Estados. Meschi, que confirmou e reafirmou os princípios antimilitaristas e antiestatais:

"O Conselho Geral da USI expressa sua confiança no proletariado de todos os países beligerantes e neutros para redescobrir dentro de si o espírito de solidariedade de classe e as energias revolucionárias para tirar proveito do inevitável enfraquecimento das forças do Estado e da crise geral engendrada pela própria guerra, por meio de uma ação conjunta para derrubar os Estados burgueses e monarquistas que durante meio século foram os preparadores conscientes e cínicos dessa guerra. Resolve que os órgãos de direção e o jornal devem estar em conformidade com esses conceitos".

Alcestre De Ambris e Tullio Masotti (ex-secretário) foram derrotados e o anarquista Armando Borghi foi nomeado secretário da USI; a sede foi transferida para Bolonha e o jornal L'Internazionale deixou de ser o órgão oficial; em seu lugar (em 17 de abril de 1915) foi publicado o novo órgão Guerra di classe. Imediatamente após a guerra de 1918, a USI retomou suas atividades intensamente, fundando seções em todas as localidades, e seus militantes participaram e até mesmo lideraram todas as agitações do período. Foi somente em dezembro de 1919, em Parma, que a USI realizou um congresso, o terceiro desde sua fundação e o primeiro depois da guerra.

Nos dias 20, 21 e 22 e 23 de dezembro de 1919, Parma recebeu delegados de 300.000 trabalhadores organizados. O problema mais importante era o dos "conselhos de fábrica".

A resolução da USI sobre esse tema é a seguinte: "O relator dos "Conselhos de Fábrica" é um trabalhador de Turim que gira em torno da *Ordine Nuovo* de Gramsci. O relator sobre os "Conselhos de Fábrica" é um trabalhador de Turim que gira em torno da *Ordine Nuovo* de Gramsci, e a resolução da USI sobre esse tema é a seguinte

"O Congresso declara sua simpatia e encorajamento por essas iniciativas proletárias, como os Conselhos de Fábrica, que tendem a transferir para as massas trabalhadoras toda a faculdade de iniciativa revolucionária e reconstrução da vida social. Ele adverte os trabalhadores, no entanto, contra qualquer possível desvio por meio de escamotagem reformista contra a natureza revolucionária dessas iniciativas, contrárias até mesmo às intenções de vanguarda da melhor parte do proletariado. Convida essa seção do proletariado, em particular, a considerar a necessidade de preparar forças revolucionárias, sem as quais nunca será possível, por meio do ataque de classe, alcançar a gestão social pelo proletariado".

Com base nos eventos da revolução russa e na criação dos sovietes como uma auto-organização do proletariado russo, foi elaborada uma declaração que resumia:

"O Congresso da USI saúda cada passo dado pelo proletariado e pelas forças políticas em direção a uma concepção de socialismo que nega toda capacidade positiva e reconstrutiva à instituição histórica típica da democracia burguesa, que é o parlamento, o coração do Estado.

Considera a concepção soviética de reconstrução social como antiética do Estado e declara que qualquer sobreposição da autonomia e da função livre dos sovietes e de toda a classe produtora é considerada pelo proletariado como um ataque ao desenvolvimento da revolução e à implementação da igualdade na liberdade".

Como já mencionado, a Revolução Russa foi amplamente repercutida pelo proletariado italiano; foi a primeira grande revolução de natureza socialista e de massa a despertar o entusiasmo do proletariado mundial. Em nível sindical, foram criados "Conselhos" com base no exemplo dos "Sovietes" russos: o "Soviete" era visto como um órgão de auto-organização proletária no qual os trabalhadores das fábricas e dos campos se reconheciam, pois não era fundado em bases autoritárias ou ligado a qualquer vontade partidária, mas era um órgão autônomo ligado aos outros Sovietes, onde as decisões eram tomadas em assembleia e diretamente pelos próprios trabalhadores. Somente em uma segunda fase os sovietes seriam esvaziados de seu significado libertário quando os bolcheviques, tendo tomado o poder, assumiram o controle e os vincularam ao partido, cancelando assim qualquer direito de autodeterminação das massas organizadas de forma autônoma.

A USI NO PERÍODO PÓS-GUERRA, DE 1949 A 1970

Os antifascistas no exílio e, acima de tudo, aqueles que foram forçados ao rebaixamento, já haviam concordado em 1943 em reconstruir um único sindicato unitário após a queda do fascismo; esse acordo foi alcançado entre os representantes dos partidos, os movimentos antifascistas e, conseqüentemente, também pelos anarquistas, que renunciaram à reconstrução da USI, que havia organizado meio milhão de trabalhadores antes do fascismo. De fato, a USI - em um engenhoso tributo à unidade sindical, a unidade tática da liderança e não dos explorados - fundiu-se após a Libertação na CGL unitária, e talvez tenha sido essa fusão que determinou o fim, a morte do anarco-sindicalismo como um movimento organizado do período pós-guerra até os dias de hoje, uma vez que a unidade sindical tão decantada desde 1947 se rompeu, dando origem sucessivamente ao nascimento da CGIL, da CISL e da UIL.

Os anarco-sindicalistas da USI permaneceram na esperança de alcançar uma unidade real impossível dentro da CGIL social-comunista, organizando-se na "corrente anarquista de defesa sindical".

Em 1950, um punhado de anarco-sindicalistas reconstruiu a USI, uma reconstrução que fracassou porque apenas uma pequena minoria voltou à organização renovada, enquanto a maior parte dos sindicalistas libertários permaneceu dentro da CGL nos "comitês de defesa sindical". Esse fracasso durou vários anos e provocou desconfiança entre a maioria dos militantes do movimento operário, mesmo que o experimento tenha atraído alguns núcleos consistentes e em áreas teoricamente de influência sindicalista libertária (em Carrara, entre os trabalhadores do mármore, em Gênova, em Sestri, entre os metalúrgicos etc.), vivendo à sombra da antiga força. A tenacidade de alguns militantes antigos, portanto, só conseguiu manter viva a farsa da União Sindical Italiana que, em vez de crescer, continuou a se extinguir durante as décadas de 50 e 60.

No final da década de 1960, o sindicalismo revolucionário foi redescoberto por grandes minorias proletárias que começaram a desafiar a burocratização das organizações centrais "reformistas", criticando o espírito de conciliação e sua liderança. Isso ocorreu em um cenário de "protesto global", que começou entre estudantes e jovens e se espalhou para os trabalhadores, que redescobriram as armas da democracia direta, da organização autônoma de base e da ação direta.



sobre a estrutura do capital, sua articulação em canais produtivos, as próprias formas e métodos de luta aceitam os esquemas de enquadramento propostos pelos setores de vanguarda do próprio capital.

Pelo contrário, as Câmaras do Trabalho revolucionárias reuniram vastos setores de trabalhadores não qualificados, tendendo também a reunir o outro setor subproletário dos trabalhadores.

"Os sindicalistas revolucionários contavam com esses setores para produzir ações contínuas de insubordinação espontânea.

A Câmara, portanto, representa um centro de organização da luta para promover uma greve política geral, que mostra a oposição direta entre o Estado e os proletários.

Com a entrada da Itália na guerra, uma nova situação industrial começou a surgir, mesmo que possamos falar de controle estatal da economia; uma série de medidas e reestruturações foram tomadas, dando início a um amplo processo de crescimento nas estruturas da indústria. Foi precisamente no setor siderúrgico, durante a guerra, que se formou a camada de classe mais importante da União Sindical Italiana (por exemplo, na Ligúria, pelo menos 20.000 trabalhadores de 60.000 estavam organizados no sindicalismo revolucionário), que na época estava sofrendo uma queda no número de membros devido à guerra, ao despovoamento do campo e à queda no emprego em indústrias não militarizadas; Além disso, o crescimento significativo da ICU no setor diretamente empregado no esforço de guerra tendia a demonstrar uma rejeição generalizada da guerra entre a classe trabalhadora, que praticava sabotagem e boicotes à produção na convicção de que a guerra era uma guerra antiproletária.

A posição da USI sobre a guerra e o militarismo em geral era bem conhecida. A própria entrada da Itália na guerra revelou um setor dentro do movimento sindical a favor da intervenção, assim como durante a guerra da Tripolitânia, em 1914, alguns teóricos eram a favor da intervenção militar.

A posição majoritária contra a guerra levou a uma divisão entre os elementos nacionalistas (ou melhor, a uma resolução nacionalista para a crise), que resultou no Comitê de Mobilização da Indústria, que incluía industriais, o exército e a CGL, que estava inclinada à colaboração de classe.

Por fim, a USI representou a única tentativa na Itália de fundir o econômico e o político em um todo que, por meio da homogeneidade econômica de classe, da greve geral e da insurreição, enfrentaria o Estado diretamente.



O entusiasmo provocado pelos soviéticos nas massas revolucionárias italianas e na USI em particular é compreensível. Esse entusiasmo desapareceria gradualmente quando começassem a chegar notícias da Rússia sobre a repressão aos revolucionários, anarquistas e soviéticos que não se curvavam ao novo poder (Kronstadt, Ucrânia...).

Ao mesmo tempo, o congresso de Parma reconfirmou A. Borghi como secretário e a sede foi transferida para Milão, onde permaneceu até ser destruída pelos fascistas.

Os anos de 1919 a 1920 (também conhecidos como os "dois anos vermelhos", devido ao ataque revolucionário que as massas lançaram contra o Estado, sugerindo que a revolução era iminente) viram uma série de iniciativas sindicais com greves que visavam a aumentos salariais e melhores condições de vida. As formas de luta concebidas no sentido tradicional não eram mais eficazes e agora havia uma nova maneira de lutar contra os patrões, uma maneira diferente e mais eficaz, que foi adotada em nível de massa: obstrucionismo e ocupação de fábricas. As primeiras ocupações de fábricas ocorreram na Ligúria (Sestri Ponente e Cornigliano, por iniciativa dos metalúrgicos). A ocupação dos metalúrgicos que eram membros da USI durou apenas alguns dias, mas teve um enorme efeito moral sobre o proletariado. O exemplo foi dado, e as ocupações de fábricas se espalharam da Ligúria para Turim e Nápoles; e no momento em que os metalúrgicos de toda a Itália estavam evitando a derrota em suas reivindicações por acordos coletivos, eles recorreram à ocupação de todas as fábricas (agosto de 1920).

O exemplo das ocupações é um fato muito importante na história da emancipação proletária, um fato que agora é lendário e deve ser lembrado. A agitação dos metalúrgicos italianos já estava em andamento há algum tempo quando, em 21 de agosto de 1920, a FIOM e o sindicato nacional dos metalúrgicos pertencentes à USI declararam o início da luta obstrucionista. Depois de algumas semanas com poucos resultados, a USI lançou um apelo aos trabalhadores:

"Não nos pareceu que essa forma de luta fosse adaptada à seriedade do momento e à formidável resistência dos patrões; essa forma de luta pode ser prolongada *ad infinitum*, cansando as massas, enfraquecendo seu espírito de combatividade, esgotando suas energias sem atingir a classe industrial de forma decisiva. O obstrucionismo também pode levar os industriais a uma rápida repressão com lock-outs gerais ou parciais que dificultam a tomada das oficinas pelos trabalhadores quando eles são impedidos de acessar a ajuda da força pública concentrada nos locais desejados pelos patrões [...].



Poderemos esperar mais alguns dias pelos resultados da experiência do obstrucionismo; nada mais. Em nossa opinião, a luta deve ser de curta duração e deve atingir séria e gravemente os interesses da classe dos empregadores...

Os trabalhadores devem tomar posse das fábricas simultânea e prontamente, antes que sejam novamente atingidos pelo lock-out, e defendê-las com todos os meios e forças disponíveis para o proletariado organizado.

Decidimos trazer trabalhadores de outros setores e também da agricultura. Portanto, cabe às outras organizações tomar uma posição, estar prontas para atacar em pé de guerra".

Em 29 de julho, em Sestri, foi aprovada a seguinte moção:

"Considerando que a ação de greve não é viável nas condições atuais e diante da atitude dos industriais que têm interesse em dissuadir as energias proletárias; que o obstrucionismo encontra grandes dificuldades práticas;

Considerando que, para enfrentar de forma enérgica e rápida a resistência dos empregadores, devemos recorrer a todos os meios e, acima de tudo, a uma invasão simultânea e geral das fábricas pelos trabalhadores".

Em 31 de agosto de 1920, houve um lock-out na Alfa Romeo e as oficinas foram ocupadas pela polícia. Esse foi o episódio que deu início à famosa ocupação da fábrica em setembro. Dois anos depois, no congresso nacional em Roma, a USI esclareceu sua posição sobre as ocupações de fábricas:

"A participação ativa e febril da USI na batalha épica da indústria metalúrgica, como um órgão de vanguarda revolucionária, é conhecida pelo proletariado na Itália e até mesmo no exterior. As primeiras atitudes irredutivelmente classistas e intransigentes foram tão bem conhecidas durante as discussões preliminares quanto durante a primeira fase da luta.

Com base na famosa questão preliminar sobre as condições da indústria, a USI foi clara e explícita: considerou que "o sistema econômico em vigor, baseado não nos interesses da coletividade humana e produtiva, mas em interesses individuais, com exceção dos verdadeiros produtores - os trabalhadores - é a principal causa dos contínuos distúrbios na vida industrial, econômica e política da sociedade. Os trabalhadores, portanto, não têm responsabilidade pelas consequências felizes ou infelizes dessa ordem social. Eles não podem levar em conta as condições da indústria monopolizada e gerenciada por aqueles que consideram os trabalhadores como mercadorias, em vez de homens que têm o direito de viver e desfrutar dos frutos de seu trabalho. "



CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DA USI

As lutas agrárias maciças de 1906 a 1908 representaram o movimento que completou a transição do sindicalismo revolucionário interno para a organização da CGL como uma minoria revolucionária (composta por sindicalistas e militantes politicamente inseridos em um movimento que se estendia da esquerda do Partido Socialista aos anarquistas) para uma organização alternativa (primeiro o Comitê de Ação Direta e depois a USI).

Após o rompimento e a saída dos sindicalistas do PSI, os núcleos revolucionários basearam sua estratégia nas Câmaras do Trabalho, concebidas como locais de organização e luta. O problema central logo se tornou a unidade e a fusão entre o proletariado industrial e agrícola. O problema surgiu durante os primeiros anos do sindicalismo revolucionário, quando ele estava mais bem estabelecido dentro do proletariado agrícola, que se tornou a espinha dorsal do movimento, e a classe camponesa tinha um peso significativo na população trabalhadora da época (ao contrário de outros países). As lutas de 1913 não se tornaram um momento de crescimento e conquista de novos objetivos, mas continuaram sendo a defesa do que já havia sido alcançado: em essência, se elas não foram interpretadas como um movimento de estagnação, foi porque foram sentidas como um ponto de recuo para o movimento. De acordo com uma análise feita pelos próprios sindicalistas, a razão para isso foi provavelmente o fracasso da transição para a agricultura capitalista; como resultado, o crescimento fracassado do movimento direcionou o trabalho dos sindicalistas revolucionários para a indústria. Essa mudança de direção ficou evidente no segundo congresso da USI (1913), no qual, embora o proletariado agrícola representasse 38,5% da força do movimento, os metalúrgicos representavam 14,2%, os trabalhadores da construção civil 26,9% e os trabalhadores do transporte 8,8%.

O elo entre o proletariado agrícola e o proletariado industrial era representado por essa camada de trabalhadores com as tarefas menos qualificadas no setor de construção, e o relacionamento inicial da USI com o proletariado industrial foi estabelecido em Milão e Turim, dois grandes centros industriais.

O tipo de organização das Câmaras do Trabalho é, na verdade, um modelo organizacional de poder descentralizado que tende a romper as divisões de categoria e setor operadas pelas federações de comércio nas quais a linha reformista da CGL se concentra, a fim de reconstituir uma unidade revolucionária e baseada na classe. As principais linhas do modelo organizacional da Confederação são as seguintes



Observando, no entanto, que tal tarefa, por uma série de razões complexas, ainda não foi concluída,

Decide comprometer formalmente as Câmaras do Trabalho e os Sindicatos locais a reorganizarem as ligas e os sindicatos onde ainda não o fizeram, com base no seguinte

- A) Constituição do sindicato entre os trabalhadores de cada fábrica ou empresa.
- B) Agrupamento local dos vários sindicatos de trabalhadores de fábrica de cada setor.
- C) Criação de um único sindicato industrial para centros onde o número de trabalhadores em cada oficina ou empresa é baixo.
- D) Filiação de fato e de direito aos sindicatos locais da organização industrial nacional, deixando autonomia para os próprios sindicatos para toda e qualquer atividade e para o movimento que não diga respeito a várias indústrias ou vários centros industriais (ou que seja de caráter geral de classe).

Solicita aos órgãos executivos da USI que assumam a responsabilidade pelo funcionamento dos Sindicatos Industriais Nacionais que, por diferentes razões, tiveram que suspender suas atividades e criar outros sindicatos que reúnam as forças proletárias de cada indústria, ainda não organizadas nacionalmente;

Aprova o esquema organizacional para os sindicatos, deixando as organizações locais livres para adotá-lo, com as modificações que julgarem necessárias".

Em outubro de 1922, os fascistas tomaram o poder; a atividade sindical tornou-se cada vez mais difícil, e era impossível realizar simples reuniões. As Câmaras do Trabalho e as instalações do União Sindical Italiana foram destruídas, e os ativistas foram presos ou forçados ao exílio.

Todas as atividades foram interrompidas. A secretaria foi reformada na França, entre os exilados, onde manteria vivo o senso de liberdade entre os trabalhadores refugiados políticos.

O sindicalismo libertário e revolucionário (anarco-sindicalismo), herdeiro do espírito da 1ª Internacional, tomou forma na Itália na União Sindical Italiana, que tinha 500.000 membros no início da década de 1920.



Com base nessas premissas, a USI se recusa a se envolver em discussões ociosas e dilatórias sobre as condições do setor, sejam elas reais ou criadas artificialmente com dados falsos e com as falas dos gerentes dos setores mais especulativos e obscuros da Itália, conforme demonstrado pelos escândalos da Ilva, da Ansaldo e do Banco de Desconto.

Mas o dever mais importante e sério que a USI impôs a si mesma nesse movimento grandioso foi precedê-lo e canalizá-lo, dando-lhe o caráter que a situação excepcional exigia em face da posição deliberada e declarada de ataque do capitalismo; o caráter de uma guerra real sem restrições nos golpes desferidos e levados até as últimas consequências.

O Quarto Congresso em Roma (10-11-12 de março de 1922) foi o último antes da destruição das organizações de trabalhadores pelo fascismo. Ele não apenas discutiu o que havia sido conquistado, mas também procurou esclarecer várias posições ideológicas e táticas; analisou as relações internacionais e ponderou se deveria se unir à Internacional Sindical Vermelha (criada em Moscou) ou criar uma nova Internacional. Por fim, foi planejada uma reorganização do movimento, com base na criação do sindicato de fábrica.

Sobre o primeiro ponto (aderir ou não à Internacional de Moscou), foram apresentadas duas moções, que formariam duas tendências dentro da União Sindical Italiana: a primeira moção, a favor da adesão a Moscou, foi representada por Di Vittorio; a segunda moção, apresentada por Armando Borghi, era contra a adesão, mas a favor de uma nova internacional sindical, a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), criada recentemente em Berlim. Foram apresentadas duas resoluções: a primeira (Vecchi-Di Vittorio):

"O quarto congresso da USI, convocado para discutir e deliberar sobre a questão das relações entre a USI e as organizações internacionais, consideram que as decisões do Congresso Constituinte da Internacional Sindical Vermelha, realizado em Moscou em julho do ano passado, com as quais são estabelecidas as relações de colaboração que devem existir entre a Internacional Sindical e a Internacional Política, não demonstram de forma alguma a autonomia e a independência dos sindicatos; que nenhuma deliberação do Congresso impede que acordos temporários sejam feitos com outras partes, decide dar sua adesão à Internacional Sindical Vermelha".

O segundo (Giovanetti-Borghia), que receberá a maioria, se opõe a essa adesão:

"O Quarto Congresso da USI, enfatizando que a USI tem trabalhado com fé e entusiasmo há vários anos para reorganizar a organização, disse



forças proletárias internacionais no campo da ação direta revolucionária inspiradas pela I^{re} Internacional dos Trabalhadores; levando em consideração que o bloco internacional dessas forças não poderia ser seguido devido ao seu caráter exclusivamente partidário, já sabendo que a III^a Internacional dos Sindicatos Vermelhos está intimamente ligada ao Partido Comunista e subordinada a ele em toda a sua atividade sindical e política; baseando-se nos princípios e métodos do sindicalismo revolucionário antipolítico, antiautoritário e anticoncentrador e na autonomia absoluta dos sindicatos em relação aos agrupamentos políticos, decide tomar a filiação à Internacional Sindical sujeita às seguintes condições:

- 1 Ação coletiva direta e revolucionária para a abolição de empregadores e assalariados;
- 2 Todos os vínculos com a Internacional Comunista e qualquer outro partido ou agrupamento político são excluídos, e o sindicato é completamente autônomo e independente desses órgãos;
- 3 Os sindicatos ou grupos sindicais majoritários que aderem à organização pèlega de Amsterdã, mesmo que por meio de federações profissionais, são excluídos da Internacional Sindical;
- 4 O início da atividade e da liderança da Internacional Sindical para problemas e ações internacionais;
- 5 Acordos temporários com outras organizações sindicais e políticas do proletariado podem ser estabelecidos para ações internacionais específicas de interesse da classe trabalhadora;

Instrui o Comitê Executivo a firmar acordos com organizações sindicais em todo o mundo para organizar uma forte internacional sindical em antecipação à recusa da ISR em aceitar as condições acima, que são irrevogáveis".

Outro ponto de discussão dizia respeito à unidade proletária; havia aqueles que repropunham a dissolução da União Sindical Italiana para se juntar à CGL, uma tese apoiada por dois novos deputados (Di Vittorio e Faggi). Gaetane Gerusi apresentou uma resolução que admitia apenas a possibilidade de acordos de unidade temporária em uma base classista e revolucionária:

"O Congresso da USI, observando que a Unidade das forças sindicais e proletárias da Itália só pode ser o resultado de um acordo sincero e espontâneo das massas trabalhadoras organizadas no terreno da luta de classes e da ação direta com objetivos revolucionários, excluindo qualquer interferência de partidos e grupos políticos e qualquer forma de colaboração com a classe burguesa;



Considerando que todas as tentativas de unidade proletária fracassaram devido à oposição sistemática da facção social-reformista, que busca a hegemonia sobre o proletariado por meio de uma política de colaboração sindical, parlamentar e governamental com a classe dominante, considerando ainda que, nas condições atuais do movimento dos trabalhadores, a União Sindical Italiana é a única organização importante que manteve inalteradas suas orientações de classe e revolucionárias;

Resolve:

1º que todas as relações com a Confederação Geral do Trabalho e com outros órgãos sindicais sejam baseadas em um acordo sobre questões específicas e na defesa da liberdade e das conquistas do proletariado;

2º que qualquer iniciativa de fusão das várias entidades sindicais gerais pode ser aceita se satisfizer os critérios estabelecidos acima;

3º que as organizações locais ou nacionais (Câmaras de Trabalho, sindicatos profissionais ou industriais, etc.) que atualmente são autônomas ou já fazem parte da USI podem se juntar à USI sem nenhuma condição além de cumprir seus Estatutos e as decisões de seus Congressos".

A última decisão importante diz respeito à adesão de uma nova estrutura organizada com base nos sindicatos de fábrica, um ponto pelo qual a USI vem lutando há muito tempo. Aqui está a moção apresentada por Giovannetti:

"Declara, em primeiro lugar, que a grande maioria dos trabalhadores industriais é obrigada, por necessidade, a trabalhar em conjunto na fábrica ou empresa, independentemente de seu ofício ou profissão, sua categoria ou condição, todos cooperando para obter o mesmo tipo de produção, que a estrutura da organização sindical do proletariado deve ser baseada na fábrica ou empresa e na indústria, para que possa responder aos objetivos imediatos de defesa e conquista do proletariado e com o objetivo de emancipação completa da classe trabalhadora do domínio econômico e político do capital.

Considerando que essa forma de organização dos trabalhadores, baseada na fábrica e na indústria, atende às exigências da vida moderna do trabalhador e, de fato, cria o núcleo de trabalhadores que produz e administra a fábrica e que terá de realizar o processo histórico de passar da forma capitalista de produção para a forma social dos sindicatos de trabalhadores por meio da expropriação e da tomada das fábricas pelos sindicalistas;

Observando que, nas organizações membros da USI, há muito tempo está sendo feito um trabalho para transformar as ligas profissionais em sindicatos industriais locais e nacionais;